

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PARANAGUÁ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

“Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma Proposta Pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica contém uma história que precisa ser contada. Toda proposta pedagógica possui uma aposta. Nasce de uma realidade que pergunta e é também busca de uma resposta. Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui. Traz também as dificuldades que enfrenta os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta. E essa sua fala do desejo (...) nunca uma fala acabada, não aponta o lugar, a resposta, pois, se traz a resposta, já não é uma pergunta. Aponta isso sim, um caminho também a construir.” (KRAMER, 1999. P.169)

PARANAGUÁ
Agosto 2024

Sumário

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	1
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	2
1. IDENTIFICAÇÃO	6
1.1 LOCALIZAÇÃO	6
1.2 HISTÓRICO DA UNIDADE EDUCACIONAL	7
1.3 RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA INSTITUIÇÃO	10
1.4 CONTEXTUALIZAÇÕES SOCIOECONÔMICA, CULTURAL E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR	12
1.5. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS	12
1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes	13
1.6 REGIME DE HORÁRIO E FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM OCALENDÁRIO ESCOLAR	14
1.6.2 Horário de Funcionamento.....	14
1.6.3 Critérios de distribuição de turmas anualmente	15
1.6.4 Projetos próprios das instituições e oferecidos pela mantenedora.....	15
NOME DO PROJETO: HIGIENE E SAÚDE	15
NOME DO PROJETO: LITERATURA INFANTIL	15
NOME DO PROJETO: MINHA ILHA	16
1.6.5 Quadro de horários da equipe docente e hora atividade.	16
1.6.6 Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas verdes e recreio dirigido.....	16
1.6.7 Plano de Atendimento Emergencial	22
1.7 Calendário Escolar	23
2. CONCEPÇÕES	26
2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE.....	26
2.1.1 Fundamentação Teórica	26
2.1.2 Direitos Humanos	27
2.1.3 Políticas de Inclusão A.....	27
2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO	28
2.2.1 Fundamentação Teórica	29
2.2.2 Concepção de Infância e Criança.	31
2.2.3 Articulação entre as ações de cuidar e educar.	33
2.2.4 Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.	34
2.2.5 Concepção de Jovem , Adulto e Idoso (EJA).....	36
2.2.6 Educação Inclusiva (Educação Especial enquanto modalidade de ensino transversal, atendimento educacional especializado e atendimento domiciliar)	36
2.2.7 Educação para as relações étnico-raciais	38

2.2.8	Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infreqüentes.....	40
2.2.9	Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasãoescolar (SERPE e Conselho Tutelar)	40
2.3	CONCEPÇÃO DE GESTÃO	41
2.3.1	Fundamentação Teórica	42
	Mesmo existindo diferentes concepções de Gestão, não se pode escamotearo conteúdo cultural dos indivíduos, ou seja, não se pode negar que fatores do imaginário, da formação, da bagagem cultural não interfiram na forma dos professores ensinarem e de diretores administrarem suas escolas. Neste sentido pode afirmar, seguindo o pensamento de Libâneo (2007, p. 319):	43
2.3.2	Instrumentos de Gestão Democrática (Assembleia Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF, representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores).	43
	Calendário de reuniões	44
2.3.3	Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros.....	44
2.3.4	Articulação entre a instituição, a família e a comunidade.....	45
2.3.5	Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais.	46
2.3.6	Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional.	46
2.3.7	Articulação entre a unidade educacional e a mantenedora.	47
2.3.8	Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes.....	47
2.3.9	Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança eao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2014 que altera alguns artigos do ECA.....	47
2.4	CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO	48
2.4.1	Fundamentação Teórica	48
2.4.3	Plano de Ação do Diretor	48
2.4.4	/ 2.4.5 - Plano de Ação do Pedagogo Coordenador/orientador.....	49
	JANEIRO / FEVEREIRO	49
	MAIO	50
	SETEMBRO-	53
	• Encerramento do semestre	56
	• Encerramento do ano	56
2.4.6	Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativa	56
2.4.7	Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional	59
	PLANO DE TRABALHO :Serviços gerais.....	59
2.4.8	Plano de Ação do Conselho Escolar	59
2.4.9	Plano de Trabalho Docente (estabelecer coletivamente o prazo para entregados planejamentos, elaborando um cronograma anual constante no PPP).	61
2.4.10	Plano de Atendimento Educacional Especializado	61
2.4.11	Plano de Atendimento Pedagógico Domiciliar.....	61

2.5	CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	62
2.5.1	Fundamentação Teórica	62
2.5.2	Direitos e Objetivos de Aprendizagem	63
2.5.3	Concepção de ensino e aprendizagem	64
2.5.4	Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula (cotidiano da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do AEE e do Recreio Dirigido).....	66
2.6	CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	67
2.6.1	Fundamentação Teórica	67
2.6.2	O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, Educação Infantil e aprendizagem/desenvolvimento.	67
2.6.3	Análise de avanços e dificuldades pedagógicas.....	68
2.6.4	Instrumentos para os registros do processo avaliativo na Educação Infantil: Parecer Descritivo, Portfólios e outros.	68
2.6.5	Avaliação Institucional	71
2.6.6	Recuperação paralela de estudos	71
2.6.7	Avaliação externa	71
2.6.8	Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, Pré e Pós Conselho.....	71
2.7	CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	72
2.7.1	Fundamentação Teórica.....	72
2.7.2	Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora.	72
2.7.3	Formação continuada na instituição https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/N01HORAATIVIDADE.pdf	73
2.7.1	Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição.....	74
2.7.2	Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas. Breve Relato: Como se dá a organização na instituição para participação Cátedra,ADE, Opet Inspira. 75	75
3	MATRIZ CURRICULAR	75
4	PROPOSTA CURRICULAR	75
	REFERÊNCIAS	76
	ANEXOS.....	77

1. IDENTIFICAÇÃO

Instituição: Centro Municipal de Educação Infantil do Campo “Maria de Paula Gonçalves”

Código: 41150457

Endereço: Praia de Nova Brasília/ Ilha do Mel/ Paranaguá-PR- C.E.P. 83.251-000

Telefone: (41) 3420-2861

Nome da Equipe Diretiva: Joice Cristina Pereira

Supervisora Pedagógica: Karine Mocellin

Pedagoga: Suely Dias dos Santos

E-mail da Equipe diretiva: educacaoinfantilpgua@gmail.com

- Dependência Administrativa: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Paranaguá

Decreto de Criação nº 2.6641- 28/06/2012

Ato de autorização: Nº3117 de 05/12/2017- COMED/PGUA

Resolução de Funcionamento: Nº 032/17 em 18/12/2017

Ato administrativo de aprovação do Regimento Escolar PARECER Nº 02/2018- COMED/PGUA

Ato administrativo de aprovação do Estatuto do Conselho Escolar RESOLUÇÃO Nº 09/2018- COMED/PGUA

1.1 LOCALIZAÇÃO

Endereço: Praia de Nova Brasília/ Ilha do Mel/ Paranaguá-PR- C.E.P. 83.251-000

Telefone: (41) 3420-2861

1.2 HISTÓRICO DA UNIDADE EDUCACIONAL

O Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Maria de Paula Gonçalves, situado na Ilha do Mel, em Nova Brasília, foi inaugurado em 03 de julho de 2012, onde atende a comunidade de Nova Brasília.

O CMEIC recebeu este nome em homenagem a Sra. Maria de Paula Gonçalves, um ícone da cultura caiçara, também conhecida como "vó Maria", que morava na comunidade da Praia Grande em "Nova Brasília".

A Sra. Ângela Gonçalves, neta da Sra. Maria de Paula Gonçalves, faz o relato sobre a sua avó. Conta que a Sra. Maria chegou à Ilha do Mel muito jovem, com apenas seis anos de idade, na companhia, segundo ela contava, de seu pai, um comandante de um navio português que visitava a Ilha regularmente, pois era amigo de Vicente Manoel de Paula, pessoa de sua inteira confiança, e que, mais tarde, veio a registrá-la como filha legítima. O fato se deu, pois o seu referido pai (o português) a deixou na Ilha do Mel e nunca mais retornou para buscá-la. Viveu sua infância na Ponta Oeste, e cuidava de suas irmãs menores, Luci e Leontina. Mais tarde, se casou com Olímpio Gonçalves e tiveram onze filhos - dois faleceram ao nascer. Dentre seus filhos, hoje, alguns já faleceram, mas outros se encontram na Ilha e fora dela. Logo que casou, veio a morar em Encantadas e, mais tarde, por volta de 1938, se fixou na Praia Grande, onde a principal fonte de sobrevivência era a pesca. Mas, por outro lado, a lavoura ajudava a ganhar o pão de cada dia.

Existia também uma fábrica de farinha de mandioca. Quando era época da pesca da tainha, as famílias da Ilha se reuniam para a pescaria e também a colheita da mandioca, para o feitiço da farinha.

Senhor Vicente Manoel se instalou no Belo, onde se encontra a casa do Nhô Jeca nos dias de hoje. Inclusive o caminho do Belo era cheio de lhera de mandioca e casas de antepassados.

O Fandango era realizado numa das casas de pescadores que habitavam no Belo. Quando acabava a temporada de pesca e as famílias concluíam todo o feitiço da farinha, toda a produção, tanto de farinha quanto de peixe, era vendida e o

dinheiro era repartido entre elas. A Ilha ficava em festa! A praia do Belo era o cenário da alegria, com o Fandango e os jovens em busca do par perfeito para dançar e namorar. Mas, como tudo na vida passa, o tempo passou e Dona Maria se vê triste, sem o seu marido e, mais ainda, quando volta do cemitério e encontra sua casa em cinzas e, pior, sabendo que quem ateou fogo foi sua filha Doroty.

Os filhos fizeram uma casa para ela, de pau a pique e logo depois uma carioca fez uma casa melhor e ela mudou-se para lá. Em sua solidão, ela vivia a guardar a Praia Grande como se fosse uma guardiã, não só dali, mas também de tudo o que se assemelha à coragem, hospitalidade, amor e respeito. Quem conheceu Dona Maria sempre se lembrará de uma mulher temente a Deus, contadora de causos e que gostava de recitar versos. Também tinha o lado irreverente e gostava de contar anedotas. Morreu lúcida e com seus netos em volta dela. Aliás, viu até a quarta geração, benção que chega a quem vive o mandamento que diz: "Honrar pai e mãe".



ALGUNS VERSOS DE DONA MARIA

"Não tenho medo da morte

*porque sei que vou morrer
Tenho medo do bandido que mata
sem Deus querer.”*

*“ Não me cativam esses seus modos
nem o brinco das orelhas.
Me cativam esses seus olhos
debaixo das sobrancelhas.”*

*“Larila Laquero mana
Quero mana samambaia
ninguém cuspa para o alto
que no rosto não lhe caia.”*

*“Eu gosto da cor morena
Foi a cor que Deus me deu
Todo mundo tem inveja
da cor morena sê meu.”*

Dona Maria de Paula foi registrada como nascida em 19 de janeiro de 1912 e casou no cartório com Olímpio Gonçalves em 08 de maio de 1954. Faleceu em 30 de janeiro de 2001.

QUADROS DE ATOS NORMATIVOS

Tipo	Ato N°	Data	Descrição	Revogação	Vigência	Observações
Decreto	2.641	28/06/2012	Criação Institucional		Na mesma data	Criação do CMEI Maria de Paula Gonçalves
Resolução	032/17	18/12/2017	Autorização de Funcionamento		02 anos	Atendimento a crianças de 02 a 05 anos.
Deliberação	019/16	26/12/16	Aprovação do Projeto Político Pedagógico		Na mesma data	
Ato Administrativo	009/18	18/04/2018	Estatuto do Conselho Escolar		02 anos	Aprovação do Estatuto

1.3 RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA INSTITUIÇÃO

CARGO/FUNÇÃO	PROFISSIONAL	HABILITAÇÃO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
Diretor	Joice Cristina Pereira	Letras/Português	Graduação

		Psicopedagogia Ed. Infantil	Pós Graduação
Pedagogo	Suely Dias dos Santos	Magistério Pedagogia Ed. Especial Coordenação Pedagógica	Graduação Pós Graduação
Educador Infantil	Tatiane Adelise Andrade	Magistério Letras Português/Espanhol Pedagogia	Graduação
Educador Infantil	Greice Nascimento Costa	Magistério Pedagogia Gestão Escolar	Graduação
Educador Infantil	Mariene Ribeiro dos Santos Auwarter	Magistério Pedagogia Gestão escolar Neuropsicologia Educacional	Graduação
Agente de Apoio Educacional	Marinelli Campos Serafim Pedrussi	Pedagogia Psicopedagogia Educação Especial	Graduação Pós Graduação
Agente Operacional	Sandra Santana dos Santos	Ensino Médio	Médio

1.4 CONTEXTUALIZAÇÕES SOCIOECONÔMICA, CULTURAL E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR

O Centro de Educação Infantil “Maria de Paula Gonçalves”, atende a comunidade de Nova Brasília, que é formada pela população nativa e moradores de outras localidades que atualmente residem nesta área.

Possui em sua redondeza: pousadas, restaurantes, mercados, igrejas e campo de futebol, onde o acesso se dá por trilhas devidamente demarcadas.

Neste lado da ilha, encontramos também dois pontos turísticos: o Farol das Conchas, localizado no Morro das Conchas, construção de 1970, que tem por objetivo orientar a navegação na barra da Baía de Paranaguá até os dias atuais. Do alto do Farol tem-se a vista panorâmica de quase toda a Ilha do Mel e região; E a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, construída entre 1767 e 1770, localizada na Praia da fortaleza, no sopé do morro da Beleia, na divisa entre a região povoada e área de preservação ambiental da Ilha do Mel.

Nova Brasília apresenta como principal fonte de renda o turismo e em seguida a pesca artesanal, principalmente da tainha, o que faz com que se firme ainda mais a identidade de povo tradicional que carregam.

Diante de toda beleza existente na ilha, muitas empresas, hotéis, pousadas e especuladores imobiliários procuram a Ilha do Mel para investimentos, isso estimula o turismo e gera emprego para moradores e até mesmo pessoas de fora.

Mesmo com todo estímulo turístico, a comunidade faz questão de manter sua cultura e tradições através de festas como a de Nossa Senhora dos Navegantes e a Festa da Tainha.

Em Nova Brasília também se desenvolve o turismo de base comunitária que gera renda para os moradores. Segundo o Protocolo de Consulta das Comunidades Tradicionais de Nativos de Nova Brasília, esta modalidade de turismo causa benefícios coletivos promovendo à vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da unidade de conservação.

1.5. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS

A presente instituição possui uma estrutura física que está adaptada para atender os alunos na eficácia do processo educativo e funcionamento, uma estrutura composta de condições humanas e físicas que condizem com a realidade do local. É um prédio, na sua maioria, de madeira, com espaços externos que preservam a flora e fauna da Ilha, dentro do possível. No que diz respeito às instalações, equipamentos e mobiliário, é projetado de forma tal que o educando sinta bem-estar para receber, assimilar, reforçar e aplicar os conhecimentos. Há necessidade de algumas melhorias no prédio e reposição de mobiliário, devido à ação do tempo. A iluminação, ventilação, organização espacial influem de forma direta para criar condições de conforto individual, sendo necessário então, o aprimoramento e aquisição dos sistemas de ar condicionado e ventilação, para que acompanhem o atual momento da localidade. Os recursos didáticos são adequados para melhor desenvolvimento de aprendizagem. O educando precisa estabelecer uma relação entre o conforto e a aprendizagem de uma forma inovadora e satisfatória.

1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes

O CMEIC “Maria de Paula Gonçalves” possui um ambiente adequado para o atendimento das crianças matriculadas e funcionários, que disponibiliza 02 salas de aula com ar condicionado, 01 banheiro adaptado para a Educação Infantil, 01 sala de professores, 01 banheiro para adultos, 01 refeitório com ventiladores, 01 cozinha, 01 lavanderia, 01 dispensa, pátio livre e rampa de acesso ao prédio. Há 01 bebedouro para as crianças. A máquina de lavar roupas e o aparelho de televisão precisam de manutenção ou troca, estando em desuso.

A organização e os espaços se constituem em um instrumento fundamental para a prática educativa com crianças pequenas. Isso implica que, para cada trabalho realizado com as crianças, deve-se planejar a forma mais adequada de organizar o mobiliário dentro da sala, assim como introduzir materiais específicos para a montagem de ambientes novos, ligado aos projetos em curso. Além disso, a aprendizagem transcende o espaço de sala, toma conta da área externa e de outros espaços do entorno escolar, como por exemplo: a escola ao lado e o parque, locais para simples passeios, podendo enriquecer e potencializar a aprendizagem.

O imóvel é adequado à Educação Infantil e atende as normas de segurança, condições de localização, acesso, salubridade, saneamento, higiene e de infraestrutura estabelecidas pela legislação municipal e estadual.

1.6 REGIME DE HORÁRIO E FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR

1.6.1 Etapas e modalidades, período, número de crianças e professores da Educação Básica ofertadas na Unidade Educacional

TURMA	PERÍODO	Nº CRIANÇAS	Nº PROFESSOR
INFANTIL 2	Vespertino	03	01
INFANTIL 3	Vespertino	06	01
INFANTIL 4	Matutino	04	01
INFANTIL 5	Matutino	10	01

1.6.2 Horário de Funcionamento

O CMEIC "Maria de Paula Gonçalves" tem como carga horária de funcionamento 08 horas trabalhadas diariamente, ficando o período matutino das 7H30min às 11H30min e das 12H30min às 16H30min no período vespertino. A carga horária anual obedece a LDB 9394/96.

[Art. 31.](#) A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

- - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos)

dias de trabalho educacional;

- - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

1.6.3 Critérios de distribuição de turmas anualmente

Na Educação Infantil, as turmas são definidas pela idade da criança:

Infantil 2 - 2 anos

Infantil 3 - 2 e 3 anos

Infantil 4 - 3 e 4 anos

Infantil 5 - 4 e 5 anos

1.6.4 Projetos próprios das instituições e oferecidos pela mantenedora.

No ano letivo de 2024 serão desenvolvidos os seguintes projetos:

NOME DO PROJETO: HIGIENE E SAÚDE

JUSTIFICATIVA: O projeto é uma proposta que possibilita e garante uma aprendizagem efetiva e transformadora de atitudes e hábitos de vida.

PÚBLICO: Todas as turmas do CMEIC

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual

RESPONSÁVEL(eis) pela aplicação: Equipe pedagógica e docente.

DESENVOLVIMENTO: O projeto levará a criança perceber a necessidade de adquirir bons hábitos de higiene e identificar as doenças causadas pela falta de higiene.

NOME DO PROJETO: LITERATURA INFANTIL

JUSTIFICATIVA: A leitura propicia um melhor envolvimento social, assim como a melhoria na comunicação e estímulo à criatividade e expressão. Este projeto tem caráter o contato da criança com as obras e contos disponíveis na instituição.

PÚBLICO: Todas as turmas do CMEIC

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual

RESPONSÁVEL(eis) pela aplicação: Equipe pedagógica e docente.
DESENVOLVIMENTO: Propor aos alunos contato com o acervo bibliográfico da instituição e assim desenvolvendo atividades com a contação de histórias.

NOME DO PROJETO: MINHA ILHA

JUSTIFICATIVA: O projeto promoverá o contato do educando com a cultura local e ilhéu, assim proporcionando momentos de vivenciar as raízes e memórias da Ilha do Mel.

PÚBLICO: Todas as turmas do CMEIC

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual

RESPONSÁVEL (eis) pela aplicação: Equipe pedagógica e docente.
DESENVOLVIMENTO: Nas aulas previstas no currículo, em formato interdisciplinar o projeto abordará a memória e história da Ilha do Mel, favorecendo aos alunos contato e valorização com a cultura local.

1.6.5 Quadro de horários da equipe docente e hora atividade.

Neste CMEIC a hora atividade dos educadores é um período já pronunciado na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, que garante ao professor 1/3 das suas horas efetivamente trabalhadas para a realização de atividades extraclasse, tais como: planejamento, organização e avaliação das atividades pedagógicas, além de estudos e atualização, que visam à qualidade no atendimento das crianças. A organização neste ano letivo ficou da seguinte forma:

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
MATUTINO	TATIANE	TATIANE	GREICE	MARIENE	GREICE
VESPERTINO	MARIENE	TATIANE	X	MARIENE	GREICE

1.6.6 Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas verdes e recreio dirigido.

Brincar e explorar os espaços externos é um direito de todas as crianças!

Os espaços externos, em especial os naturais, podem promover experiências nas quais a criança pode brincar, explorar áreas verdes, criar com elementos naturais, observar insetos, se relacionar, conviver e produzir cultura.

Ao experimentar os desafios que esses espaços possibilitam, seja brincando sozinha ou acompanhada a criança realiza pesquisas e investigações, aprende e se desenvolve.

Assim, ao ar livre, a criança pode realizar importantes aprendizagens relacionadas ao movimento, à corporeidade, às linguagens e ao pensamento matemático. A natureza é um “objeto a ser abordado através de processos mentais, o contato tem importância na medida em que serve para a construção de noções” (TIRIBA, 2017, p. 78).













1.6.7 Plano de Atendimento Emergencial

O Cmeic conta atualmente com 2 funcionárias que participaram do PAE - Plano de Atendimento Emergencial, ofertado pela Prefeitura de Paranaguá em 2023.

O PAE é um plano elaborado para fornecer diretrizes, estratégias, informações e dados que permitam a adoção de procedimentos lógicos, técnicos e administrativos a serem adotados em casos de acidentes e situações de emergência. Ele deve ser realizado no mínimo 2 vezes no ano nas instituições de Ensino. No curso da Brigada Escolar é mostrado esse procedimento. No ano de 2023 os instrutores do curso os CGMs Jean balboni e sergio Mendes , juntamente com a SEMEDI , estiveram na maioria dos CMEIS e escolas para demonstrar na pratica como deve acontecer o procedimento dos brigadista que receberam a formação. Destacamos tópicos para a aplicação do P.A.E.:- Kit de primeiros socorros;- Luz de emergência;- Sinalização de emergência;- Extintores;

- Simulação de evacuação de incêndio;- Placas de identificação de números de emergência.

1.7 Calendário Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR

2024




EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
	1	2	3	4	5	6					1	2	3							1	2
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	3	4	5	6	7	8	9	
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	10	11	12	13	14	15	16	
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	17	18	19	20	21	22	23	
28	29	30	31				25	26	27	28	29			24	25	26	27	28	29	30	
													31								

DIAS LETIVOS		DIAS LETIVOS		DIAS LETIVOS	
DIAS LETIVOS	0	DIAS LETIVOS	13	DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	30	Carga Horária	52	Carga Horária	80
Recesso	0	Recesso	3	Recesso	0
Feriado	1	Feriado	0	Feriado	2

ABRIL							MAIO							JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							1
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
28	29	30					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29
													30							

DIAS LETIVOS		DIAS LETIVOS		DIAS LETIVOS	
DIAS LETIVOS	22	DIAS LETIVOS	19	DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	88	Carga Horária	76	Carga Horária	80
Recesso	0	Recesso	1	Recesso	0
Feriado	1	Feriado	2	Feriado	0

JULHO							AGOSTO							SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6					1	2	3							7
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
28	29	30	31	*SEFE			25	26	27	28	29	30	31	29	30					

DIAS LETIVOS		DIAS LETIVOS		DIAS LETIVOS	
DIAS LETIVOS	12	DIAS LETIVOS	21	DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	48	Carga Horária	84	Carga Horária	84
Recesso	10	Recesso	0	Recesso	0
Feriado	1	Feriado	0	Feriado	1

OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4					1	2							7	
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	29	30	31				

DIAS LETIVOS		DIAS LETIVOS		DIAS LETIVOS	
DIAS LETIVOS	21	DIAS LETIVOS	20	DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	84	Carga Horária	80	Carga Horária	48
Recesso	1	Recesso	0	Recesso	9
Feriado	2	Feriado	2	Feriado	1

LEGENDA	
FÉRIAS	
INÍCIO/TÉRMINO DO TRIMESTRE	
FORMAÇÃO CONTINUADA	
PLANEJAMENTO	
REFORMULAÇÃO PPP	
PRÉ - CONSELHO	
CONSELHO DE CLASSE	
PÓS - CONSELHO	
ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO	
RECESSO ESCOLAR	

MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
	29 PAIXÃO DE CRISTO
MAR	31 PÁSCOA
ABR	21 TIRADENTES
MAI	01 DIA DO TRABALHO
	30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FINADOS
	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

Dias Letivos	201
Atividades Docentes	12
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	24

Periodicidade	
1º Trimestre - 08/02 a 17/05 - 66 dias	
2º Trimestre - 20/05 a 30/08 - 61 dias	
3º Trimestre - 02/09 a 18/12 - 74 dias	

Tenile Cibele do Rocio Xavier
Tenile Cibele do Rocio Xavier
 Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
Paula da Silva Inacio Pereira
 Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
Ronaldo Cardoso Alboite
 Diretor do Departamento do Ensino Fundamental

Tatiana Passos
Tatiana Passos
 Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED - PGUÁ - Deliberação nº 01/2023
 Paranaguá, 22 de novembro de 2023.




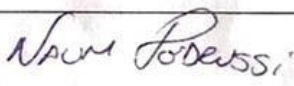
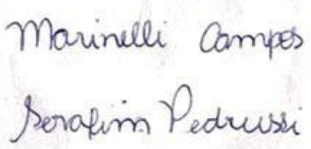
1.8 Calendário das reuniões da APMF e do Conselho Escolar

No CMEIC, não há composição de APMF, somente Conselho Escolar. Abaixo, segue cronograma da atuação:

DATA / MÊS	PAUTA REUNIÃO
MARÇO	Reunião para definir ações do ano letivo
ABRIL	Seguimento das ações
DEZEMBRO	Tomada de decisões

No mês de novembro de ano de 2022 foi realizada a eleição para o Conselho Escolar onde foram atualizados os nomes dos representantes de cada seguimento da seguinte forma:

MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR

CARGO	NOME	ASSINATURA
Diretor (a)	Tatiana Costa Pinto Passos	
Representante dos Trabalhadores da Educação Docente	Tatiane Adelise Andrade	
Representante dos Trabalhadores da Educação, não docentes	Sandra Santana dos Santos	
Representante da APMF	NÃO HÁ.	
Representante dos Pais de Alunos e/ou Responsável	Leucir Naum Pedrussi Teles	
Representante dos Movimentos Sociais Organizados da Comunidade	Marinelli Campos Serafim Pedrussi	

2. CONCEPÇÕES

No CMEIC, os conceitos e a dinâmica das relações neles existentes são discutidas, pensadas e refletidas de modo que tenha sentido no contexto das atividades que são desenvolvidas. Dar a esses conceitos vida e coerência, pela postura e práticas que se verificam no ambiente escolar, assim como difundir a identidade da escola como local de aprendizagem e interações capazes de propiciar a cada indivíduo o seu desenvolvimento, é a razão de tratarmos esses pressupostos como fio condutor das diversas formas de relações em nosso ambiente.

2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

Concebe-se por sociedade uma organização mais justa, livre, pacífica, participativa e solidária. Uma sociedade que tenha consciência dos aspectos políticos, moral, educacional e cultural. Portanto, concebemos por sociedade, um espaço que tenha por princípio a garantia do cumprimento dos direitos humanos, que garantam o desenvolvimento do homem na sua totalidade, sendo respeitado nas suas diferenças sejam quais forem.

A educação tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, que consiste em formar cidadãos conscientes, conhecedores da sua realidade e capazes de nela interferir sendo sujeitos da história.

2.1.1 Fundamentação Teórica

Sociedade é um conjunto de seres que convivem de forma organizada. A palavra vem do Latim *societas*, que significa "associação amistosa com outros". As sociedades humanas são objeto de estudo da Sociologia e da Antropologia. Max Weber (1864 – 1920), que é tido como um dos fundadores da sociologia, foi um dos principais responsáveis pela estruturação do conceito de sociedade. Para ele, a ideia de sociedade estava diretamente ligada às relações que eram estabelecidas entre os sujeitos. Logo, as ações individuais possuíam primazia para a construção do agrupamento social.

Apesar da importância de Weber para o desenvolvimento do conceito de sociedade, é a partir dos trabalhos do sociólogo Ferdinand Tönnies (1855 - 1936) que

serão construídos os contornos que o termo possui até os dias atuais.

2.1.2 Direitos Humanos

Para Cranston (1973), um direito humano, por definição, é um direito moral universal, algo que todos os homens, em todos os lugares, em todos os tempos, devem ter, algo de que ninguém pode ser privado sem uma afronta grave à justiça, algo que é devido a cada ser humano simplesmente porque ele é humano. Trabalhando sob a luz deste conceito, o ambiente escolar e o social do Cmeic visa proporcionar à criança, funcionários, colaboradores e comunidade em geral, o contato com o respeito aos seus direitos.

2.1.3 Políticas de Inclusão

A

inclusão privilegia a valorização da criança com seus direitos fundamentais garantidos desde os primeiros anos de vida.

O artigo 205, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), trata do direito de todos à educação, ao apontar o desenvolvimento integral da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, enquanto o artigo 206, inciso I, estabelece os seguintes princípios para o ensino: "igualdade de condições, acesso e permanência na escola".

Essas normativas dispostas na Constituição Federal (BRASIL, 1988), dentre outras estão, também, asseguradas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), na Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996).

Do ponto de vista das políticas educacionais, a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), que reorganizou a perspectiva da educação inclusiva, conferindo à Educação Especial o caráter de suporte ao processo de escolarização, foi subsidiada pelas conquistas legais como nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial no Ensino Fundamental (BRASIL, 2001), bem como nas estratégias e conteúdos do currículo de Educação Infantil (BRASIL, 1998). A partir da Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), uma importante conquista foi assegurada: o suporte da Educação Especial ao seu público-alvo desde a Educação Infantil ao ensino superior.

Verifica-se a necessidade de um olhar diferenciado do professor a esses alunos e um ambiente escolar acolhedor para que possam desenvolver plenamente suas habilidades de maneira prazerosa. Atualmente, o Cmeic conta com uma Agente de Apoio temporária. Faz-se necessário, porém, criar estratégias inclusivas como o processo de formação e qualificação do educador e a contratação de novos agentes de apoio. A prefeitura conta também com o CMAE - Centro Municipal de Avaliação Especializado e o CEMR-TEA - Centro Educacional Municipal de Referência ao Transtorno do Espectro Autista, porém, localizados no continente, o que dificulta o acesso dos moradores da Ilha do Mel.

2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

Quando se pensa em educação não se pode relacionar somente com a escola, visto que este não é o único lugar onde ela acontece. “[...] o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.”(BRANDÃO, 2007, p.9).

Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundossociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos. (BRANDÃO, 2007, p.10)

Entende-se que a missão da educação é transformar as pessoas, e de certa forma, o mundo em algo melhor. Além disso, ela sempre aparece quando há relações entre os indivíduos e a intencionalidade de ensinar e aprender. Segundo Brandão (2007), tais intenções podem estar relacionadas, por exemplo: com o objetivo de conduzir a criança a um modelo social, primeiramente, de adolescente, depois de jovem e por fim, adulto. A educação acontece sempre que surgem maneiras sociais de ensinar e aprender. Já no que diz respeito ao ensino formal, o mesmo surge quando esta está submetida à teoria da educação, de forma que esteja regrada por métodos e regras próprios e com executores especializados.

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. (BRANDÃO, 2007, p.10).

Dessa forma, percebe-se que o termo educação é extremamente abrangente, visto que engloba diversas práticas sociais cotidianas, como no caso de tradições culturais que são passadas de geração a geração. Sempre que há um repasse de conhecimentos que tem por objetivo tornar as pessoas cidadãos melhores tem-se um ato de educação. Porém, quando se fala em ensino formal, o mesmo continua tendo os mesmos objetivos, só que neste caso regido por normas e teorias próprias.

2.2.1 Fundamentação Teórica

O conceito de educação é amplamente teorizado. Segue alguns desses teóricos para a compreensão sobre tal conceito, sem a pretensão aprofundar suas teorias.

Jean Jacques Rousseau: a educação não devia ter por objetivo a preparação da criança para o futuro tão pouco a modelação para determinados fins: devia ser a própria vida da criança. Era contrário à educação precoce. O educador para educar deve fazer-se educando de seu educando; a criança nasce boa, o adulto com sua falsa concepção da vida, é que perverte a criança. “A educação não deveria apenas instruir, mas permitir que a natureza desabrochasse na criança; não deveria reprimir ou modelar. Acabava sendo uma educação racionalista e negativa, ou seja, de restrição de experiência” (GADOTTI, 1994, p. 88).

Immanuel Kant (1724-1804): acreditava que o homem é o que a educação faz dele através da disciplina, da didática, da formação moral e da cultura. Portanto, para este filósofo (1996, p. 19) a educação é: [...] uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada

por várias gerações. Cada geração de posse dos conhecimentos das gerações precedentes está sempre melhor aparelhada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas, e assim guie toda a humana espécie a seu destino. Entre as descobertas humanas há duas difícilísimas, e são: a arte de governar os homens e a arte de educar.

Karl Marx (1818-1883): defendeu os princípios de uma educação pública, socialista e gratuita para todas as crianças, em seu “Manifesto do Partido Comunista”, escrito por Karl Marx e Engels entre os anos de 1847 e 1848. Conforme Marx (apud GADOTTI 1994, p. 132) é possível entender educação como: 1 – Educação intelectual; 2 - Educação corporal, tal como é produzida pelos exercícios de ginásticas e militares; 3 - Educação tecnológica, abrangendo os princípios gerais e científicos de todos os processos de produção, e ao mesmo tempo iniciando as crianças e os adolescentes na manipulação dos instrumentos elementares de todos os ramos da indústria. Para Marx, “o homem é criador, é produtor de cultura”. A relação em sala de aula é sujeito (professor) – objeto (aluno), enquanto, o produto é a educação.

Lev S. Vygotsky: por educação entende que é a expressão histórica e o crescimento da cultura humana a partir da qual o homem emerge. Considerava a educação a quintessência da atividade cultural. Ou seja, considerava a capacidade para ensinar, e para se beneficiar da instrução, um atributo fundamental dos seres humanos. Para a educação formal constituía um instrumento essencial da aculturação, o que não significa que a educação informal fosse desconsiderada. Em uma interação ativa e sistemática, são fornecidos à criança, de forma organizada, os instrumentos psicológicos que determinarão a reorganização de suas funções mentais. Admite as crianças como agentes ativos no processo educacional. Suas ideias em relação ao jogo são de importância vital nos processos de educação pré-escolar. Considerava que o jogo era a principal atividade para a interiorização e apropriação da realidade durante os primeiros anos de vida. “A cada passo a criança vê-se frente a um conflito entre as regras do jogo e o que ela faria se pudesse, de repente, agir espontaneamente” (VYGOTSKY, 1998, p. 131).

Paulo Freire: a educação pode ser exercida informalmente, em casa, ou

formalmente, na escola, como um processo de formação permanente. O professor é um auxiliar dos alunos no processo de sua formação, de seu crescimento; um ato de conhecimento. A prática docente é uma tarefa artística, porque nosso conhecimento tem qualidade de dar vida, criando e animando os objetos enquanto os estudamos. Assim, a educação é simultaneamente uma determinada teoria do conhecimento posta em prática, um ato político e um ato estético. Portanto, para Freire (1979, p. 28), a educação: [...] é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto o leva à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém

2.2.2 Concepção de Infância e Criança.

A infância, em sua origem etimológica, significa "aquele que não fala, aquele que não tem palavra". Acreditava-se que a criança, antes dos 7 anos, não possuía a habilidade de se comunicar através da fala, de explicitar seus desejos, suas inquietudes, seus sentimentos. Tratava-se de um ser incógnito, sem evidência na sociedade. Através dos tempos, a concepção de criança tem ocupado lugares diferentes na nossa sociedade. Não há uma concepção universal ou natural do que seja a criança, fazendo-se compreender que a relação adulto-criança ou criança-sociedade é resultado da intervenção humana. Essa concepção não é natural, imutável e eterna. A concepção de criança, historicamente construída, apresenta-se heterogênea numa mesma sociedade, a partir de sua classe social, do grupo étnico do qual faz parte, da crença religiosa na qual acreditam. Porém, o conceito de criança e de infância, como período que antecede a vida adulta e que tem especificidades, nasce no início do século XVIII, quando instalou-se o sentimento de união afetiva entre o casal e este com os filhos.

Para Piaget (198, p. 12), ao compararmos:

[...] a criança ao adulto, ora se é surpreendido pela identidade de reações_ fala-se então de uma pequena personalidade para designar a criança que sabe bem o que quer e age como nós, em função de um interesse definido – ora se descobre um mundo de diferenças - nas brincadeiras, por exemplo, ou no modo de raciocinar, dizendo-se então que

a criança não é um pequeno adulto. As duas impressões são verdadeiras.

Essa dualidade na maneira de entender a criança é explicada pela concepção de natureza infantil, afastando-a de suas condições objetivas de vida e como se estas fossem desvinculadas das relações de produção presentes na realidade. Esta concepção de natureza infantil encontra-se alicerçada no processo biológico de desenvolvimento da criança, e este, independe do social, determinando não só comportamentos, mas uma fase da vida do homem. Haveria assim uma condição natural dada pelo aspecto biológico. Todavia, a abordagem histórica pressupõe que o próprio desenvolvimento biológico somente se concretiza através das trocas que o organismo estabelece com seu meio social. E essas trocas são essencialmente humanas ou sociais, pois é a condição de inacabada ou de incompletude, que é própria da criança ao nascer, que a coloca em relação ao outro. Sendo assim, concebe-se o homem como social em sua origem biológica, pois a sobrevivência do bebê humano depende dos cuidados dispensados pelos adultos. Neste sentido, não há natureza infantil, e sim, uma condição infantil, uma condição de ser criança, socialmente determinada por fatores que vão do biológico ao social, produzindo uma realidade concreta.

Conforme Machado (1993, p. 62), a criança é um ser que:

[...] nasce e cresce interagindo num ambiente social, cujo pensamento e forma de agir são qualitativamente diferenciados do adulto. É também um ser individual: biológico e social, histórico e geográfico. Um ser que se constitui no presente, em atividade e desenvolvimento permanente, um cidadão com lugar definido na sociedade, um sujeito cognoscente desde que nasce.

Trabalhar com uma concepção histórica do conceito de criança significa ver a criança como um sujeito de direitos e deveres, que precisa ser respeitado e valorizado em cada movimento que realiza na conquista de sua autonomia, no desenvolvimento de seu espírito crítico e criativo no estímulo à ação cooperativa, responsável e solidária.

A partir da Constituição Federal de 1988, se começa a ter uma concepção de infância, dando-lhe uma dimensão de cidadania. A criança passa a ser entendida como um cidadão de direitos, e como tal necessita de uma educação de qualidade, voltada para o

pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Assim, Kramer (1984, p. 20) considera que:

Qualquer trabalho consciente desenvolvido com crianças não pode prescindir de uma definição de qual era (e que é) o conceito de infância no interior das diversas classes sociais. Parte-se do princípio de que as crianças (nativas ou imigradas, ricas ou pobres, brancas ou negras) tinham (e tem) modos de vida e de inserção social completamente diferentes umas das outras, o que correspondia (e corresponde) a diferentes graus de valorização da infância pelo adulto, a partir de suas condições econômicas, sociais e culturais e, do papel efetivo que exerciam (e exercem) na sua comunidade.

A criança necessita de profissionais qualificados, que considerem a educação como um processo histórico e social preocupados com a mudança da sociedade :mais justa, humana e igualitária.

2.2.3 Articulação entre as ações de cuidar e educar.

Assim como as concepções de criança e infância se modificaram historicamente, também as instituições que tem se dedicado à educação de criança têm passado por transformações.

No período crescente do capitalismo, a escola tinha função assistencialista, um lugar de cuidados sem objetivos para que as mães trabalhassem. Com o passar do tempo surgia a ideia de que a escola era um espaço de aprendizagem para o desabrochar, desenvolvendo a criança como um todo. A escola irá adotar princípios, corrigir, compensar e recuperar suas condições de marginalidade social. “A aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar. A aprendizagem escolar nunca parte do zero. Toda a aprendizagem da criança na escola tem uma pré-história” (VYGOTSKY, 1991, p. 8).

Numa visão histórica, podemos entender que a Educação Infantil assume um papel educacional tão importante quanto o das séries iniciais do Ensino Fundamental, como podemos perceber na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9394/96, em seu Título V, seção II, da Educação Infantil (p. 21):

Art. 29º – A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos

físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Na Educação Infantil a criança envolve simultaneamente os dois processos complementares e indissociáveis: Cuida e Brincar, sendo realizado de maneira planejada e educada para estimular o desenvolvimento (social, motor, cognitivo e emocional), através de um trabalho pedagógico estimulando a aprendizagem por faixa etária.

Para a construção de uma proposta pedagógica para Educação Infantil, dentro dos conceitos já apresentados sobre Educação, Infância e Criança, e com vista para o desenvolvimento de suas habilidades, a criança deve ser a protagonista das propostas e das ações, de maneira lúdica, prazerosa e satisfatória

O cuidar e educar precisam estar associados, pois a criança aprende melhor quando interage com o outro num ambiente acolhedor, confiável e seguro. Essa interação com o meio enriquece seu aprendizado. As ações devem ser planejadas, sistematizadas, organizadas, em gestões compartilhadas entre crianças, professores, educadores, pais, cada um deles portadores de diferentes culturas e saberes, portanto com diferentes concepções de cuidar e educar, que se somam. É necessário que haja constante diálogo entre as diferentes culturas que circulam no interior do CMEIC em um processo complementar e indissociável, que tenha como um dos objetivos a autonomia física, intelectual e emocional dos alunos. Conceber um CMEIC para a infância é pensar um espaço educativo com ambientes acolhedores, alegres, seguros, instigadores, com profissionais bem qualificados, organizando e oferecendo experiências desafiadoras. Sendo assim, a junção cuidar/educar na Educação Infantil é imprescindível para favorecer a atuação da criança de forma cada vez mais independente, em atividades que permitam o desenvolvimento da autoconfiança, da imagem positiva de si mesmo, do autogoverno, da capacidade de realização de escolhas e do exercício da autonomia. Tais objetivos se caracterizam por entender a criança como ser que passa pelo processo da educação, capaz de aprender tarefas, ter suas próprias idéias e vontades, criança que brinca, fantasia, inventa, testa hipótese e elabora conceitos.

2.2.4 Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

As tentativas de articulação entre os dois níveis de ensino apontam para uma abordagem central de padronizar o desempenho das crianças ao seu sucesso escolar ou a pré-escola a serviço da escolarização. Para que aconteça essa inserção nessa escolaridade, torna-se prioritário a existência de um projeto educacional, que possibilite a criança o acesso ao conhecimento cognitivo, por meio da estimulação constante na área visual, motora ou sensorial a fim de que lhes serão úteis no seu desenvolvimento acadêmico futuro. Conforme a Resolução CNE/CEB nº 05/09:

Art. 11 - Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

Em relação à articulação entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental verificamos uma acentuada dicotomia. Por um lado, a educação infantil, historicamente baseada num eixo que é a infância e a sua peculiaridade, que envolve o jogo, a imaginação, o brincar, a expressão em inúmeras linguagens, e de outro choca-se frontalmente com a primeira série do ensino fundamental que se encontra sob a lógica da escolarização com a função de instruir a criança, essencialmente, nas primeiras letras. Assim, a criança vista como criança na educação infantil passa ser o aluno aprendiz por natureza no ensino fundamental.

A falta de articulação entre as classes em educação infantil e o primeiro ano do ensino fundamental pode comprometer a futura aprendizagem das crianças, especialmente por que elas sofrem uma ruptura no entendimento do que seja escola, aprender na escola e qual o status do brincar no cotidiano institucional.

É importante dizer que nesta fase de articulação, trabalhar com o lúdico nas práticas educacionais é essencial. As crianças precisam aprender brincando, pois assim ela está criando os alicerces de sua personalidade.

A atividade lúdica é fundamental, pois contribui para sua vida afetiva e intelectual. Se tivermos crianças que brincam, se aventuram em algo novo, teremos alunos

equilibrados e seguros no decorrer dos anos escolares.

2.2.5 Concepção de Jovem , Adulto e Idoso (EJA)

Não contempla.

2.2.6 Educação Inclusiva (Educação Especial enquanto modalidade de ensino transversal, atendimento educacional especializado e atendimento domiciliar)

A Constituição de 1988 afirma o direito das pessoas com deficiência à educação e ao atendimento educacional especializado, no Art. 208: que estabelece o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Esse direito está igualmente previsto na Lei 9394/96:

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o

programa escolar para os superdotados;

- – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
 - – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Esse direito está igualmente previsto na Lei 9394/96:

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Com base nos estudos, leitura dos materiais bibliográficos sobre o tema educação especial, pode-se constatar o que diz Bergamo:

Dentro desse processo, a individualidade de cada educando dialoga com a necessidade do respeito à diversidade dentro e fora da escola. Ao analisar essa realidade, é importante que o professor esteja em permanente processo de aprendizado, vistos os desafios inerentes à sua atuação.

Considerando-se um avanço, tanto para os pais quanto para as crianças com deficiência, o processo de inclusão na Educação Infantil e, para o CMEIC um grande desafio.

As crianças da Educação Infantil apresentam especificidades que exigem um trabalho diferenciado por parte do CMEIC, uma vez que essas crianças apresentam uma maior dependência em relação aos educadores. E é a partir dessa interação e da busca por práticas pedagógicas coletivas, que as crianças são compreendidas e atendidas em sua diversidade humana, constituindo como um fator propulsor de novas formas de organizar o ensino e compreender como se constrói o processo de ensinagem.

Entendemos que inclusão é ação de respeitar, acolher, reconhecer no outro seus direitos como pessoa e torná-lo parte do meio em que se vive.

2.2.7 Educação para as relações étnico-raciais

O Brasil é um país privilegiado por apresentar uma vasta variedade étnica e cultural. As influências culturais e étnicas marcam também a Educação Infantil. Conviver com a

diversidade e a diferença é o princípio para acolher as diferentes expressões e manifestações das crianças e suas famílias valorizando e respeitando a diversidade, conforme a resolução CNE/CEB nº01/04 no artigo 2º em seu primeiro parágrafo:

“A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.” (BRASIL, 2004).

Aliadas, então a elaboração de políticas públicas eficazes, faz-se necessário que as escolas, os seus profissionais promovam um amplo movimento, tendo como horizonte a discussão e redimensionamento dos currículos, dos materiais pedagógicos com relação às etnias, incluindo a comunidade negra. Professores e demais profissionais educacionais que circundam a Educação Infantil, com o intuito de educar na diversidade, devem oferecer oportunidade para que as crianças façam sua interpretação do mundo. A inclusão das práticas pedagógicas envolvendo as relações étnico-raciais e previstas na proposta pedagógica conforme a Deliberação da CEE/PR nº 04/06 em seu artigo 2º:

O Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino deverá garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contemple, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, a História e Cultura Afro Brasileira e Africana na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica. (PARANÁ, 2006).

Em seu artigo sobre o tema, Guilherme Paiva de Carvalho¹, defende que a construção de representações sociais associados à masculinidade e feminilidade, bem como de estereótipos de gênero, raça e etnia durante a escolarização, constitui um processo histórico-cultural que se origina de práticas sociais, estruturas simbólicas e relações de poder. Concepções de identidade cultural, ligadas ao gênero, raça e etnia, são incorporadas através do processo de socialização, no qual a instituição escolar, os meios

de comunicação e a família exercem influência significativa. Tal conceito vai ao encontro da postura humana e pedagógica do Cmeic, presentes de forma natural nas propostas e posturas diárias da instituição.

-
- 1 Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERN.

2.2.8 Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infreqüentes

Em 2017, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), organizaram uma estratégia nacional batizada de Busca Ativa Escolar. “Ela é composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios.

A partir do número de faltas estabelecido, o processo começa com contato telefônico com a família e registro no SERPE (Sistema Educacional da Rede de Proteção), plataforma digital que monitora a frequência escolar.

2.2.9 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar (SERPE e Conselho Tutelar)

Os instrumentos utilizado para os registro da criança se da pela ficha de frequência diária e depois lançadas no sistema online do Livro de registro de Classe .Quando as faltas são excessiva , a família é chamada para dar ciência que as faltas estão prejudicando o desenvolvimento da criança com registro escrito dessa

orientação .Caso as faltas permaneçam e a criança continua sem freqüência, são lançadas no sistema SERP e são encaminhadas os relatórios para o Conselho tutelar dar continuidade na busca da criança. Levando em consideração as 15 faltas consecutivas e 30 alternadas.

2.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO

O conceito de Gestão está ligado a outras demandas, tais como a exigência de uma educação de qualidade, a emergência da sociedade do conhecimento, as conquistas políticas educacionais contemporâneas, as pesquisas científicas no campo da administração e gestão da educação escolar. Neste sentido, o gestor (diretor da escola) deverá concentrar seu olhar em três direções sistematicamente. Segundo Buss (2008, p. 23):

Gestão pedagógica: é a ação mais importante, institui objetivos para o ensino-aprendizagem, propõe metas para a concretização das propostas pedagógicas e sua avaliação. O articulador é o Gestor Escolar.

Gestão de Recursos humanos: Gestão de pessoas: alunos, professores, comunidade escolar em geral.

Gestão Administrativa: zela pela parte física da escola, burocrática da instituição, direitos e deveres de todos os agentes da unidade e cumprimento do regimento interno escolar.

A gestão democrática, se efetiva com a consciência pedagógica sobre o administrativo, demonstrada pela participação dos integrantes da escola bem como a da comunidade visando a divisão de responsabilidades através do exercício da cidadania.

Desenvolver uma cultura de participação e comprometimento supõe um

redimensionamento dos papéis tradicionalmente executados e a utilização efetiva de órgãos colegiados existentes na escola. Do ponto de vista da direção espera-se o exercício efetivo da liderança enquanto elemento integrador e catalisador dos esforços do grupo.

No CMEIC Maria de Paula, a gestão se dá primeiramente pelos funcionários presentes (educadoras e pedagoga), visto que a Diretora tem seu departamento administrativo localizado no continente.

O conceito de Gestão que, segundo Buss (2008) é compreendida como uma inovação no ato de administrar, pois se trata de buscar a participação do coletivo, minimizando a hierarquia e o poder individualizado. Na opinião de Luck (2000, apud Buss, p. 22), “o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos”.

2.3.1 Fundamentação Teórica

O conceito de Gestão que, segundo Buss (2008) é compreendida como uma inovação no ato de administrar, pois se trata de buscar a participação do coletivo, minimizando a hierarquia e o poder individualizado. Na opinião de Luck (2000, apud Buss, p. 22), “o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos”.

A gestão democrático-participativa se propõe a articular, pelo diretor, a proatividade e a participação dos agentes educacionais que se relacionam com ele. Nosso autor diz que a gestão democrático-participativa “busca objetividade no trato das questões da organização e da gestão, mediante coleta de informações reais” (op.cit. p. 237), de acordo com os objetivos sociopolíticos e pedagógicos da instituição. Neste sentido, o gestor acompanha e avalia sistematicamente todos os trabalhos, diagnosticando os problemas e reorientando o rumo das ações e tomadas de decisão. E,

mais, neste tipo de gestão “todos dirigem e são dirigidos; todos avaliam e são avaliados. [A] ênfase se concentra tanto nas tarefas quanto nas relações”. (op.cit. p. 237).

Mesmo existindo diferentes concepções de Gestão, não se pode escamotear o conteúdo cultural dos indivíduos, ou seja, não se pode negar que fatores do imaginário, da formação, da bagagem cultural não interfiram na forma dos professores ensinarem e de diretores administrarem suas escolas. Neste sentido pode afirmar, seguindo o pensamento de Libâneo (2007, p. 319):

A bagagem cultural dos indivíduos contribui para definir a cultura organizacional da organização de que fazem parte. Isto significa que as organizações - a escola, a família, a empresa, o hospital, a prisão, etc. - vão formando uma cultura própria, de modo que os valores, as crenças, os modos de agir dos indivíduos e sua subjetividade são elementos essenciais para compreender a dinâmica interna delas.

2.3.2 Instrumentos de Gestão Democrática (Assembleia Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores).

A participação e gestão democrática são processos que se constroem na experiência do cotidiano da instituição educacional e no compartilhamento dos valores e objetivos que se tornam coletivos.

Os artigos 12, 13 e 14 da lei 9394/96 estabelecem que as “Diretrizes e Bases da Educação Nacional” apontam, a importância da gestão democrática para a educação.

A elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico teve um papel fundamental na construção da gestão democrática, na medida em que oportunizou o compartilhamento de concepções e valores, a abertura para a discussão de diferentes pontos de vista, no CMEIC estando então de acordo com a deliberação 02/05 CNE que estabelece o Projeto Político Pedagógico como resultado da participação coletiva da comunidade e dos profissionais da instituição (art.10), no CMEIC a garantia do funcionamento, tomadas de decisões conjunta no planejamento, avaliações e questões de avaliação e administrativas

que buscam envolver a comunidade escolar, alunos, pais e funcionários, são frutos da nossa instituição que se baseia no seu regimento interno, garantindo esse bom funcionamento.

Em conformidade com a deliberação 02/05 no artigo 10, onde discorre que a instituição explicita em sua proposta pedagógica a gestão escolar expressa através de princípios democráticos e de forma colegiada (art 11-VIII), em consequência disso há na instituição a liberdade no compartilhar algumas dificuldades ou dúvidas da família dos alunos com o CMEIC, oferecendo este as crianças durante a sua estadia na sua instituição.

Calendário de reuniões

DATA / MÊS	PAUTA REUNIÃO
MARÇO	Reunião para definir ações do ano letivo
ABRIL	Seguimento das ações
DEZEMBRO	Tomada de decisões

No mês de novembro do ano de 2023 foi realizada a eleição para o Conselho Escolar onde foram atualizados os nomes dos representantes de cada seguimento .

2.3.3 Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros.

A resolução dos conflitos humanos no ambiente escolar , no primeiro momento é feito uma conversa entre os pares envolvidos e dados as orientações devidas a cada situação específica que gerou o conflito. Quando os conflitos permanecem , são levados para o a diretora do Departamento do Campo , que também irá fazer uma

conversa entre os pares e dar as orientações necessária para que o conflito acabe. Caso o problema persista, os envolvidos são orientados a buscar apoio jurídico.

A gestão dos recursos acontece pela Secretaria Municipal, os funcionários da instituição apenas faz os apontamentos das necessidades que possuem através dos pedidos em ofícios, para o Departamento do Campo, encaminha para o setor responsável, e a instituição fica no aguardo da resposta da solicitação realizada..

2.3.4 Articulação entre a instituição, a família e a comunidade.

A Educação Infantil tem um papel muito importante na sociedade, pois estamos contribuindo para a formação da criança, cidadão participante do contexto social. Não podemos esquecer que a família tem papel fundamental na vida da criança e é responsável pelos primeiros passos no processo de educar.

O Projeto Político Pedagógico desta instituição considera que o CMEIC promova uma prática de cuidado e educação na perspectiva da integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüístico e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, promovendo também a interação entre as diversas áreas de conhecimento e os aspectos da vida cidadã, construindo valores e conhecimentos.

Todo esse trabalho desenvolvido é complemento à ação da família. A interação entre essas duas instâncias é essencial para um trabalho de qualidade.

Antes de a criança frequentar a instituição, é previsto um tempo para que os responsáveis possam conhecer as dependências da instituição, dialogando e possibilitando retirar dúvidas através do diálogo franco e aberto.

Após a matrícula o período de adaptação deverá ser acompanhado, promovendo um acolhimento dos pais, deixando-os seguros. E assim no decorrer da vida da criança na instituição as professoras e equipe pedagógica estarão sempre dispostas a ouvir solicitações, sugestões e reclamações.

Outro instrumento de valor na articulação entre a família e a escola é o Projeto Escola de Pais e os Encontros com as famílias. Os livros da editora SEFE (Sistema Educacional Família e Escola) servem de orientação com os trabalhos com as famílias, que é desenvolvido na rede de ensino municipal, este espaço busca oportunizar a reflexão

e o debate sobre o desenvolvimento da criança e com isto estreita o relacionamento do Centro de Educação Infantil com os pais.

2.3.5 Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais.

Considerando as especificidades das escolas do campo, o diretor atua não estando dentro da instituição, seu espaço de trabalho acontece na Secretaria de Municipal de Educação, tendo o cargo por indicação da SEMEDI para diretor de departamento das instituições do campo (colônias e ilhas). As orientações que são repassadas, são realizadas a grande maioria por mensagem, por ofícios, ligações telefônicas, e-mail em grupos criados pela secretaria, em outros momentos há reuniões presenciais com os profissionais, formações ou informes. Dentro das instituições as reuniões acontecem quando se faz necessário, no encerramento do trimestre, no Pré-conselho, no Conselho de Classe e Pós Conselho de classe, que é uma ação que foi inserida neste ano 2024,

No calendário escolar, as datas para o pré conselho, conselho de classe e pós conselho de classe, formação em serviço além de outras reuniões que podem acontecer sem data prevista, de acordo com a necessidade.

Todos os profissionais do campo de acordo com a Deliberação nº 01 /11 Comed / Pgua, recebem o adicional no salário para realizarem também os serviços administrativos paralelos ao pedagógico e o valor referente ao difícil acesso. Os trabalhos devem acontecer de forma compartilhada e democrática entre os funcionários professores e pedagogo.

2.3.6 Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional.

Os registros da mediação de conflitos interpessoais são registradas em atas e memorando. A resolução dos conflitos num primeiro momento precisam ser resolvidas entre os pares, e caso não seja resolvido e o problema persistir, a intervenção é feita pela SEMEDI fazendo novas orientações para que a situação seja sanada. A resolução dos conflitos entre os estudantes, num primeiro momento é dialogado entre os pares e a professora, caso não resolva é chamado para que a

pedagoga faça a intervenção chamando os responsáveis para o dialogo e fazer as orientações devidas .E se mesmo assim o conflito permanecer , é solicitado uma orientação da diretora e equipe do departamento do campo de como agir para que o conflito finalize .

2.3.7 Articulação entre a unidade educacional e a mantenedora.

A articulação entre a instituição escolar e a sua mantenedora são realizadas por meio de ofícios, reuniões presencial e virtuais (Pedagógica , técnica e administrativa.)

2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes.

A articulação entre os profissionais da educação acontece de forma direta e continua no dia a dia da escola quando necessário a intervenção da pedagoga para mediar a situação que envolve o momento. Geralmente todas as solicitações são sanadas entre a criança, a professora e responsável pela criança.O acolhimento com direcionamento do planejamento pedagógico se faz diariamente no chão da escola.O espaço de escuta se da com acolhimento e direcionamento para que a criança sintasse com liberdade para manifestar suas duvidas e emoções .

2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2014 que altera alguns artigos do ECA.

A partir deste ano foi institucionalizado a Lei 14.811/2024, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

As orientações referente a conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência dentro da escola, são praticas permanente no dia a dia escolar , sempre

que o professor ou outro funcionário ou familiares e a criança , percebe algo que possa constranger o colega de a intervenção do professor é imediata de forma a orientar que tais comportamentos não podem acontecer, e feito as orientações para que a situação não se repita .quando necessário a família também é comunicada e orientada sobre a situação ..

2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

O Planejamento é a principal ferramenta de trabalho do professor. É o fio condutor da ação educativa. Consiste no ato de criar e conceber antecipadamente uma ação, desenvolvendo estratégias para atingir determinados objetivos. Funciona como uma forma de identificar um alvo específico, com a intenção de organizar e aplicar as melhores maneiras para atingi-lo.

2.4.1 Fundamentação Teórica

2.4.2 Plano de Ação para Recomposição de Aprendizagem (Considerar os índices de aproveitamento escolar interno/externo, de abandono/evasão e relação de idade/ano).

Não contempla

2.4.3 Plano de Ação do Diretor

O plano de gestão do diretor nas escolas do campo acontece em paralelo aos plano de trabalho do professor e do pedagogo de acordo com a Deliberação nº 01/11 Comed / Pguá , aprovada em 14/04/2011 para a escola do Campo .Onde a Auto- gestão são atribuições compartilhadas com os professores e pedagogo da instituição De acordo com a LEI 182/2015 :

Art. 1º O artigo 20 da Lei Complementar nº 151, de 03 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 Em se tratando de unidade de ensino localizada na zona rural, comunidade pesqueira ou insulana, com exceção as localidades da Ilha dos Valadares e área central de Alexandra, em que haja apenas professor no exercício da função de docente, e que desempenhe serviços administrativos e pedagógicos, é assegurada, a título gratificação, o acréscimo de 30% (trinta por cento) do salário base da classe a que pertence, inclusive sobre o valor da hora=aula, quando for o caso.

§ 1º O percentual de que trata o caput não será considerado no cálculo realizado para concessão de adicional por tempo de serviço ou de gratificação.

§ 2º A Gratificação poderá ser percebida cumulativamente com outras gratificações;

§ 3º Perderá a Gratificação, automaticamente, o profissional do magistério, que for lotado em Unidade de Ensino que não se enquadre no caput desse artigo." (NR)

2.4.4 / 2.4.5 - Plano de Ação do Pedagogo Coordenador/orientador

Plano de trabalho pedagógico 2024

" A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal ."E através dela que a filha de um camponês se torna médica , que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina , que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma nação " - Nelson Mandela

JANEIRO / FEVEREIRO

1º Trimestre : 08 / 02 a 17 / 05 - 66 dias letivos

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
• Retorno Pedagoga/serviços Gerais	22/01	_____
• Retorno e formação Professores	01 Planejamento em Paranaguá 02 Palestra em Paranaguá 05, 06, 07 - Reformulação do PPP	SEMEDI
• Retorno da Criança	08 /02	Todos
• Reunião com as famílias	20 /02	Todos

• Entrega Planejamento	25/02	Todos
• Devolutiva planejamento	28/02	Todos
• Sugestão : Iniciar o caixinha para passeio dos funcionários		O grupo não tem interesse.

MARÇO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Avaliação diagnóstica	15	Observação: Ficou acordado que avaliação diagnóstica é realizada trimestralmente como é feito nos momentos de pré-conselho e conselho de classe
Entrega planejamento	25	Todos
Devolutiva de planejamento	28	Todos
Feriado Páscoa	29	Observação: Sugestão da equipe trabalhar alimentos saudável ao invés de entrega de doces e chocolates.

ABRIL

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Semana de Pré conselho	08a 12	Todos
Formação em serviço com profª em H/ A	24	Todos
Entrega planejamento	25	Todos
Devolutiva de planejamento	28	Pedagoga /supervisora

MAIO

2º Trimestre: 20 /05 a 30/08 - 61 dias letivos

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Conselho de classe	06	Todos
Reunião família -Segue a sugestão para trazer um palestrante ou fazer uma ação social com diferentes profissionais com palestra e orientações sobre saúde e direito da criança	09	Observação: Ficou como sugestão para trabalhar oficinas(receita, pintura,) com a família , trazer profissionais especializados em saúde
Pos - conselho	21 a 24	Pedagoga e professores
Entrega planejamento	25	Todos
Devolutiva de planejamento	28	Pedagoga
CMEIC: Inserir o parecer descritivo no RCO e atualização o Portfólio do1º trimestre.	27 a 29	Observações , nessa semana fazer a exposição dos trabalhos das crianças e apresentar o parecer descritivo e portfólio as famílias.

JUNHO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Formação em serviço	20	Todos
Semana de pre conselho	24 a 28	Todos
Entrega planejamento	25	Todos
Devolutiva de planejamento	28	Pedagoga e Supervisora

JULHO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
<ul style="list-style-type: none"> Semana cultural com exposição trabalho das crianças, cada turma apresentar uma dança ou teatro , cada profissional fazer a sua contribuição com sugestão para essa semana para fechamento do semestre. . 	01 a 05	Festa Julina com apresentações da criança (dança , 1 teatro , entre outro)
<ul style="list-style-type: none"> Recesso Escolar 	08 a 17	-----
<ul style="list-style-type: none"> Planejamento 	18	Todos
<ul style="list-style-type: none"> Formação continuada 	19	Pedagoga e Supervisora
<ul style="list-style-type: none"> Retorno das aulas c criança. 	22	Todos
Entrega planejamento ESCOLA E CMEIC	24	Todos
Devolutiva de planejamento	30	SEMEDI/SEFE
<ul style="list-style-type: none"> Aniversário Paranaguá 	29	-----

AGOSTO -

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Semana do domingo do dia dos pais .Segue a sugestão de fazer uma atividade em sala ou fora de sala com a família e criança.	Dia 09	Trabalhar oficina com a família (pintura , receita , confecção brinquedo entre outras)
Conselho de Classe	16	Todos

Entrega planejamento	26	Todos
Devolutiva de planejamento	28	Pedagoga e supervisora
Pos conselho	26 a 29	Todos

SETEMBRO-

3º trimestre : 02/09 a 18/12 - 74 dias

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Feriado e recesso	07/08	-----
Inserir o parecer descritivo no RCO e atualização o Portfólio.do 2º trimestre.	11 a 13	Observações , nessa semana fazer a exposição dos trabalhos das crianças e apresentar o parecer descritivo e portfólio as famílias
Formação em serviço	20	Pedagoga e professores
Entrega planejamento	25	Todos
Devolutiva de planejamento	27	Pedagoga

OUTUBRO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Teatro da Turma da manha e tarde	04	Fazer uma festa integrando o dia da criança com a festa da criança na comunidade.
Confraternização do dia da criança (Pensar na ações desse dia) Passeio no aquário , cinema em Paranaguá	11	Sugerido fazer um piquenique na Fortaleza , com passeio ciclístico com as famílias

Confraternização dia do professor / pedagogo/ merendeira / serviços gerais. (Trazer sugestões de todos)	19-sabado Sugestão - Passeio em Morretes Passeio com almoço em Santa felicidade e Shopping Café colonial e almoço em São José dos Pinhais	Não houve interesse.
Entrega planejamento	25	Todos
Devolutiva de planejamento	29	Pedagoga

NOVEMBRO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Semana de Pre conselho	04 a 08	Todos
Entrega planejamento	25	Todos
Devolutiva de planejamento	27	Pedagoga

DEZEMBRO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Conselho de Classe	09	Todos
Pos conselho	16 e 17	Todos
Confraternização funcionário (Sugestão em aberto..	14	
Fechamento RCO	18	Todos
Entrega Parecer descritivo e	19 e 20	

Portfólio 3º trimestre		
------------------------	--	--

Sugestão para cronograma de Formação em Serviço - Com validação de horas de carga horária para cada formação - Verificar a quantidade mínima de horas permitida.

Professora responsável	Sugestão para tema (s)	Dinâmica	Carga horária 10 h
Profª Pedagoga Suely	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura das Diretrizes Municipais Operacionais para Educação do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá. • Leitura do Livro Professora, sim, tia, não (Paulo Freire) 	Cada professora apresenta leitura de 1 capítulo do livro para o grupo e entrega um breve relato por escrito da mensagem do livro. O livro fica 1 semana com cada professora.	10 h
Professora Greice	Aguardando		
Professora Tatiane	Aguardando		
Professora Mariene	Aguardando		

Orientações e reflexões das ações pedagógicas : Pensar no coletivo.

1- ESPAÇO ESCOLAR : O que deve permanecer ? o que precisa ser ajustado ? formato da sala de aula , das carteiras ? cantos de interesse na educação infantil ? Exposição dos trabalhos das crianças nos **espaços fora da sala de aula** ? Refeitório trazer imagens

e figuras de alimentos e dicas de alimentação saudável nas paredes.

Usar os espaços fora da sala de aula, os fundos da escola, parque, as sombras, nos meses que não tem tanto insetos e o clima é fresco. Os canteiros que foi construído nos fundos incluir no planejamento, verificar parceria com SEMA e a Paula sobre as mudas de plantas... Incluir no planejamento os conhecimentos trazido pela mestrandia que catalogou as árvores e fez um momento de informações com as professoras.

PROJETOS : Analisar e ajustar quais as mudanças precisam serem feitas, o que deve permanecer.

ATENDIMENTO AOS RESPONSÁVEIS: Sempre acompanhado e de preferência no dia da hora atividade e não na porta da sala de aula, sempre compartilhar as informações com a pedagoga e vice versa.

BUSCA ATIVA : Inicia com a professoras a cada 3 faltas consecutivas sem justificativa, se não tiver retorno passar para a pedagoga dar continuidade.

Na Educação Infantil considera-se as faltas 15 consecutivas e 30 alternadas, para então ser lançado no SERP. Lembrando que todos (do infantil 1 até o infantil 5) devem estar inseridos no sistema. Esgotando-se todas as possibilidades de busca as crianças de idade obrigatória de 4 e 5 anos, devem ser encaminhados ao Conselho Tutelar.

DATAS COMEMORATIVAS: Seguir as orientações dada pela SEMEDI, sempre contextualizando durante o ano e não apenas no dia específico.

EVENTOS / MOMENTO FESTIVO : Com apresentação das crianças, teatro, dança, musical, recitar poesia, entre outras sugestões.

- **Encerramento do semestre** .
- **Dia da criança** ,
- **Encerramento do ano** .

Observação :Fica o espaço abaixo para que cada profissional façam suas contribuições para que o trabalho da equipe pedagógica aconteça de forma colaborativa para superar as dificuldade de ensino e aprendizado da criança.

2.4.6 Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativa

O plano de trabalho da equipe de apoio Administrativa, parte da documentação matrícula e transferência, acontece num primeiro momento no final do ano na instituição e após em Paranaguá na Secretaria Municipal de Educação. Na instituição CMEIC " Maria de Paula gonçalves" são compartilhada os trabalhos administrativo entre os professores.De

acordo com a a LEI 182/2015, está organizado de acordo com o cronograma abaixo:

Serviços Administrativo Compartilhado	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Observação:
Envio de ofício com solicitação de reparos, aniversário , eventos entre outros .	Responsável Greice	Responsável :Tatiane	Responsável Mariene	Responsável Suely	
Assinar relatórios Risotolândia e Romaneio - CMEIC	Responsável Tatiane	Responsável	Responsável	Responsável	
Matriculas Novas e rematrícula	xx	xx	Cada professora realiza as matriculas da sua turma no dia da sua hora atividade e enviar bilhete aos responsáveis comunicando dos prazos e documentos	xx	

			necessário.		
Organização e atualização PPP	Responsável pedagoga e Professora em hora atividade. Dividir número de pôr tópicos para cada funcionário e fazer os ajuste de acordo o comentário feito pela semedi	xx	xx	xx	
Organização /atualização Regimento interno	Responsável Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade	
Enviou de recado Feriado /recesso	Responsáveis : Pedagoga e professora em hora atividade.	Responsáveis: Pedagoga e professora em hora atividade	Responsáveis: Pedagoga e professora em hora atividade	Responsáveis: Pedagoga e professora em hora atividade	
Portão :Entrada e saída crianças	Responsável: Pedagoga e Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade

Escrever Ata de conselho de classe	Pedagoga agosto	xx	xx	Pedagoga	Pedagoga
-------------------------------------------	-----------------	----	----	----------	----------

2.4.7 Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional

A instituição Escola Municipal do Campo "Nova Brasília" é composta de apenas uma funcionária de apoio operacional. Onde as serviços de limpeza, abertura e fechamento da escola são praticas diárias da rotina de trabalho. A manutenção será permanente, preventiva de acordo com as prioridades e possibilidades, sempre priorizando o pedagógico com racionalidade tanto na parte estrutural como nos equipamentos.

PLANO DE TRABALHO :Serviços gerais

Ações	Período - Data
Limpeza salas - WC - corredores -	Diariamente
Limpeza vidros e janelas	Quinzenal
Limpeza com querosene nas madeiras	A cada 15 dias do mês
Limpeza pano de limpeza	Diariamente
Lavagem das toalhas banho do CMEIC	Diariamente

2.4.8 Plano de Ação do Conselho Escolar

Por ser uma orientação nova , até momento não houve um plano de ação realizado com o s componentes do conselho escolar , devendo assim , a partir de agora o grupo se reunir para construir o plano de ação .Segue a ação realizada em 2023 e as prevista para 2024/2025

Ação realizada -2023	Justificativa(s)	Solicitação (s)
Mudança do horário de entrada e saída das crianças	Dificuldade de moradia , alugueis altos e condições precárias de moradia.E com a mudança possibilitou condições	Mudar horário de entrada : Manhã Entrada : Para 8 h ao invés de 7:30

	do professor, poder ir e voltar todos os dias para trabalhar na ilha , sem a necessidade de morar.Pois o ultimo barco que sai para o continente é as 17 h.	Saída 11: 30 ao invés 12 h Tarde : Entrada Para 12:30 ao invés das 13 h Saída 16:30 ao invés das 17 h
Ações prevista para 2024	Justificativa(s)	Solicitação (s)
Solicitar sinal do wifi para escola	Aumento de número de reuniões online .Onde professores usam dados moveis para assistir, porém o sinal não é eficiente , desconectando e voltando durante a reunião.Prejudicando a participação.	Para que a SEMEDI autorize o sinal wifi na escola
Solicitar um funcionário masculino para manutenção ou serviços gerais	A escola necessita de um funcionário para realizar: limpeza diária dos brinquedos do parque e pátio. Reparos e manutenção do prédio. Acompanhar entrada e saída das crianças .	
Solicitar parceria com o colégio estadual na limpeza.	A escola possui apenas uma funcionaria que cuida da limpeza da instituição do CMEIC e Escola.Gerando uma sobrecarga no funcionário.	Solicitar apoio do colégio Estadual para realizar a limpeza da instituição em parceria com a única funcionária da prefeitura.

2.4.9 Plano de Trabalho Docente (estabelecer coletivamente o prazo para entrega dos planejamentos, elaborando um cronograma anual constante no PPP).

Baseado na BNCC , o Planejamento das turmas do CMEIC Maria de Paula levam em consideração a realidade, o cotidiano, a evolução e o interesse da criança. Há um destaque para a vivência de situações reais e desafiadoras, de modo acolhedor e seguro. O objetivo é proporcionar um desenvolvimento de suas potencialidades, bem como de diferentes linguagens e de múltiplos saberes culturais . As experiências propostas aos pequenos são planejadas com intencionalidade e instigam a turma a atribuir significados para o mundo com base na curiosidade. Os Planejamentos são em Ciclos mensais, com temas que são produtos da investigação , da curiosidade, do meio e do contexto histórico-social de cada fase/turma. A entrega é feita todo dia 25 para a equipe pedagógica para eventuais orientações.

2.4.10 Plano de Atendimento Educacional Especializado

As crianças do CMEIC Maria de Paula que necessitam de atendimento especializado, essas são encaminhadas para a sala de recurso multifuncional escola Teodoro Valentim, para fazer a triagem e possíveis encaminhamentos para o CMAE .

2.4.11 Plano de Atendimento Pedagógico Domiciliar

O atendimento domiciliar é um direito que constituído na lei , para que a criança mesmo em tratamento de saúde , não perca o vinculo com a instituição escolar , podendo dar a continuidade do seu tratamento.De acordo com a Deliberação COMED no 01/2019 cita :

Art.48: O atendimento Pedagógico domiciliar tem a finalidade de prestar atendimento educacional aos estudantes matriculado na Educação Básica em seus diferentes níveis etapas e modalidade de ensino, para as adaptações/ flexibilização curriculares que deverão ser realizadas na residência do educando e no ambiente de ensino exercido numa integrada com os serviços de saúde.

Até o momento atual , não houve a necessidade de realizar o atendimento pedagógico , mas caso seja necessário , a equipe pedagógica tem meios para que a criança possa receber todo atendimento no seu domicílio.

2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

O currículo é um instrumento indispensável para orientar a prática docente. Através dele é possível conhecer os objetivos da aprendizagem para os alunos. O termo currículo deriva da palavra latina curriculum, “pista de corrida”, e, no curso dessa “corrida”, acabamos por nos tornar o que somos (SILVA, 2010). As concepções sobre currículo podem ser agrupadas em duas grandes vertentes: a tradicional, a crítica e pós-crítica.

O CMEIC Maria de Paula prima pela desenvolvimento integral de seus estudantes, partindo do pressuposto de que essa formação propicia a eles a capacidade de vencer os desafios cotidianos, transformando-os em sujeitos ativos de sua história, instigados nas suas possibilidades criativas. Isso se dá por meio de uma proposta de trabalho calcada em princípios que definem sua proposta pedagógica. Assim, entendemos o currículo, não apenas como conteúdos, mas também como a organização do trabalho cotidiano, as experiências diárias, os objetivos definidos, os processos avaliativos, os procedimentos didáticos inovadores, as discussões colegiadas, o envolvimento da família e da comunidade com a escola e o respeito à diversidade.

2.5.1 Fundamentação Teórica

Ao longo da história houve reflexões e pesquisas com respeito ao currículo, pois existem diferentes teorias que discutem o que está proposto no seu conteúdo. Tais teorias refletem tendências da educação e contribuem para a formação identitária dos indivíduos. As teorias do currículo, que sugerem variadas concepções sobre ele, estão divididas nas teorias tradicional, crítica e pós-crítica. Essa teoria tradicional ocupa-se com a estrutura organizacional, com os conteúdos a serem ensinados, avaliação, planejamento e eficiência do currículo. O objetivo principal era a eficiência. mecânica e burocrática. Segundo

As teorias críticas, que surgiram a partir de 1960, preocupam-se com as conexões entre

saber, poder e identidade (SILVA, 2010). Tais teorias procuram entender o papel do currículo na educação.

A teoria pós-crítica, iniciada nas décadas de 1960 e 1970, se preocupa com as conexões entre saber, identidade e poder, assinalando que cada modelo de ser humano, corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo.

2.5.2 Direitos e Objetivos de Aprendizagem

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, existem 6 direitos de aprendizagem que devem ser garantidos pela instituição de ensino:

- Conviver: “Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de se e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas (BNCC, p. 38).
- Brincar: “Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (BNCC, p. 38).
- Participar: “Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando”. (BNCC, p. 38).
- Explorar: “Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia”. (BNCC, p. 38).
- Expressar: “Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens”. (BNCC, p. 38).

- Conhecer-se: “Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário”. (BNCC, p. 38).

As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os princípios estabelecidos nas suas diretrizes, os quais são definidos na Resolução nº 5/2009 - CNE/CEB, o artigo 6º : I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. II- Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III - Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009, p.2).

O planejamento e a avaliação diagnóstica, dentro da Educação Infantil, são ferramentas de suma importância no processo pedagógico e devem ser norteados por esses direitos em conjunto com os objetivos de aprendizagem, constantes na BNCC, coerentes e coesos, expressos nas sequências didáticas.

Para tanto, faz-se necessário, basear a construção das sequências didáticas, do CMEIC, nos objetivos de aprendizagem, constantes na Referencial Curricular do Paraná, no qual se baseia o Currículo da Educação Infantil, do Município de Paranaguá.

Os objetivos de aprendizagem dividem-se em Campos de Experiências, que contemplam os direitos de citados acima e variam de acordo com as faixas etárias atendendo crianças bem pequenas (2 e 3 anos) e crianças pequenas (4 a 5 anos) através de Saberes e Conhecimentos específicos à cada fase do desenvolvimento Infantil.

2.5.3 Concepção de ensino e aprendizagem

A concepção de ensino passa, necessariamente, pela concepção de aprendizagem como cerne do processo educativo. Aprender e/ou apreender é tomar para si o conteúdo. Mas, mais do que a etimologia da palavra, defendemos uma concepção de que a aprendizagem deve ser „significativa“.

Nas aprendizagens significativas”, propostas inicialmente pela corrente pedagógica do Construtivismo, o indivíduo é o agente diretamente ligado à produção de seu conhecimento. Neste sentido, a aprendizagem de cada um se dá quando ele se coloca em relação com os outros indivíduos e com o meio em que vive. Os indivíduos se constituem como sujeitos nas interações que estabelecem com o meio físico e social, por meio dos mecanismos socializadores da língua e da cultura.

O processo de aprendizagem fica condicionado, portanto, às relações recíprocas que amadurecem e ao processo educativo, do qual a escola participa, que constituem e desenvolvem os seres humanos. Nesse caso, educação e aprendizagem estão associadas ao desenvolvimento; por isso, este último se manifesta em dois tipos: o real e o potencial. O desenvolvimento real (VYGOTSKY, 1984) refere-se ao que o estudante realiza sozinho, ele preexiste ao processo de aprendizagem que vivencia após ingressar no ensino e àquilo que o sujeito busca e aprende para além do ambiente escolar. O desenvolvimento potencial é aquele que ocorre a partir da vivência e da colaboração dos adultos ou dos companheiros mais experientes. A zona de aproximação entre estes dois tipos de desenvolvimento permite que o educador perceba a dinâmica interna de um estudante e identifique as demandas imediatas de conhecimento que ele traz.

Nessa abordagem, professor e aluno têm papéis preponderantes. Cabe ao professor exercer a mediação entre sujeito e objeto da aprendizagem, a fim de colocar o criança no centro da ação educativa. O professor propõe desafios e tarefas por meio de questionamentos, problematizações, investigações, levantamento de hipóteses, sistematizações e conclusões, levando a criança a mobilizar diversos tipos de recursos cognitivos. As intervenções do professor devem ser intencionalmente planejadas, contemplando a adoção de estratégias apropriadas, a observação individual, a discussão em grupos, a comparação e a reflexão analítica.

A criança cabe o exercício do esforço intelectual, a explicitação de suas dúvidas e de seu raciocínio, assim como a tomada de consciência de suas maneiras de aprender, a partir das diversas proposições feitas pelo professor. Dessa forma, a aprendizagem da criança é um processo reflexivo, de construção de sentidos e significados na sua relação com os objetos do conhecimento.

O processo de ensino e aprendizagem, desse modo, tem como fim o

desenvolvimento das competências necessárias para a inserção construtiva da criança em seu contexto de vida. Entendemos competência a partir da noção apresentada por Philippe Perrenoud (2000, p.19), que a define como a “faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos - como saberes, habilidades e informações - para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”.

Assim, o processo de ensino e aprendizagem envolve o desenvolvimento de um conjunto de habilidades direcionadas para a solução de problemas diversos.

2.5.4 Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula (cotidiano da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do AEE e do Recreio Dirigido).

A rotina da sala de aula da instituição tem essa previsão na organização e realização das atividades , porém pode ser que ocorra a flexibilização para adaptar para a realidade do dia , caso venha pouca criança, e seja necessário.

Manhã:

Das 7:30 as 8:15 - acolhimento e desjejum

Das 8:15 as 9:30 - atividade planejada

Das 9:30 as 10 h - Atividade livre (brincar pelo brincar)

Das 10h as 10:30 - Almoço e higiene

Das 10 :30 as 11:30 - Leitura de história/Parque

Tarde:

Das 12:30 as 13:15 - acolhimento e desjejum

Das 13:15 as 15:00 - atividade planejada

Das 15:00 as 15:30 - Atividade livre (brincar pelo brincar)

Das 15:30 as 16:00 - Jantar e higiene

Das 16:00 as 16:30 - Leitura de história/Parque

As atividades extra classe , acontece no parque ou na quadra , os projetos estão inseridos no planejamento , a questões alimentação , saúde e higiene , estimulação de leitura ou contação de história.

2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A instituição realiza a avaliação através das observações diárias do desenvolvimento da criança nas atividades propostas, como ela se integra e interage através das brincadeiras. O professor tem como prática fazer essas observações e registrar através de parecer descritivo e o portfólio individual de cada criança. No artigo 30 da LDB descreve sobre a avaliação na educação infantil:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

2.6.1 Fundamentação Teórica

2.6.2 O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, Educação Infantil e aprendizagem/desenvolvimento.

Conforme artigo 30 da LDB, a oferta de espaços para os Centros de Educação Infantil se diferencia em: CMEIC's - para crianças até 03 anos de idade; e Pré-Escolas - para crianças de 04 a 05 anos de idade. A legislação prevê através da RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº05/09:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I- a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

No início do ano, as crianças entram em processo de adaptação, pois é um local novo, com pessoas adultas que ela nunca teve contato, e isso leva um tempo para se sentirem seguras e confortáveis. Por este motivo devemos oferecer as crianças um lugar gostoso, aconchegante, seguro, e prazeroso. É necessário criar um vínculo entre professor e aluno, para que dali surja uma educação de qualidade.

O parecer descritivo e o portfólio é elaborado de forma trimestral e passa a ser registrado como documentos das crianças, será usado como instrumentos de avaliação, deverá ser apresentado aos responsáveis, a fim de representar através das ilustrações das crianças, seus pensamentos, seus sentimentos, sua maneira de agir, as suas habilidades, e a maneira como colocou em prática o seu aprendizado de forma lúdica.

2.6.3 Análise de avanços e dificuldades pedagógicas.

Dentro da realidade desta instituição, os fatores que dificulta os avanços da criança no seu ano idade inserido , são as faltas , pois a criança que tem frequencia e não tem outra condição que impeça na realização e participação das brincadeiras proposta. Todas sem exceção se desenvolve de forma satisfatória pro seu ano e idade inserido. Quando a criança apresenta alguma dificuldade para compreender os comandos , ou não consegue realizar sem ajuda , a intervenção do professor acontece de modo direto, trazendo essa criança mais pra perto e repetindo as orientações quantas vezes forem necessário para a realização do que está sendo proposto. Todos os professores tem claro que o acolhimento é o primeiro passo para que a criança possa sentir -se segura e capaz para superar a sua dificuldade apresentada naquele momento.

2.6.4 Instrumentos para os registros do processo avaliativo na Educação Infantil: Parecer Descritivo, Portfólios e outros.

Conforme artigo 30 da LDB, a oferta de espaços para os Centros de Educação

Infantil se diferencia em: CMEIC's - para crianças até 03 anos de idade; e Pré-Escolas - para crianças de 04 a 05 anos de idade. A legislação prevê através da RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº05/09:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I- a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

No início do ano, as crianças entram em processo de adaptação, pois é um local novo, com pessoas adultas que ela nunca teve contato, e isso leva um tempo para se sentirem seguras e confortáveis. Por este motivo devemos oferecer as crianças um lugar gostoso, acolhedor, seguro, e prazeroso. É necessário criar um vínculo entre professor e aluno, para que dali surja uma educação de qualidade.

A avaliação na Educação Infantil fundamenta-se na LDB/1996 (art.31): “Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para acesso ao ensino fundamental”. As DCNEI (Deliberação CEB n.01/99) reafirmam o artigo da LDB em seu artigo 3o, inciso V: “As propostas pedagógicas para a Educação Infantil devem organizar suas estratégias de avaliação, através do acompanhamento e dos registros das etapas alcançadas nos cuidados e na educação para crianças de 0 a 6 anos, sem objetivo de promoção, mesmo para o ensino fundamental”.

No parecer descritivo o educador registra as situações significativas vividas pela criança no processo de aprendizagem e desenvolvimento. Devido a importância da avaliação nos processos humanos realizados em nossa instituição, realizamos as indicações encontradas nas regulamentações nacionais como no artigo 31 da deliberação 02/05 que afirma: “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. Assim sendo nós seguimos algumas metas que já são estabelecidas, para poder acompanhar a aprendizagem da criança (individualmente), formular registros, e anotações, descrevendo pareceres sobre o desenvolvimento e a aprendizagem de cada um, verificando-se assim a necessidade da intervenção pedagógica. Todas essas ações são realizadas diariamente. Cabe aos profissionais observar diariamente todas as movimentações das crianças buscando investigar o desenvolvimento real dos alunos, suas conquistas e avanços, e também as suas dificuldades. Ao mesmo tempo o registro é uma forma de documentar os acontecimentos, desempenhando um papel importante de reflexão existente na ação educativa.

De acordo com o artigo 12 da deliberação 02/05, os registros devem ser descritivos e elaborados durante o processo educativo e não ao final dele. Na fase infantil as crianças sofrem mudanças rápidas e significativas que não podem passar despercebidas pelo educador, surgindo a necessidade da observação com um olhar investigador.

A avaliação se torna diagnóstica e contínua, destacando o aspecto cognitivo, o comportamental e o afetivo. Alguns critérios podem ser considerados como base para direcionar o olhar do educador, tais como: o entrosamento e a interação com o meio ambiente, com os adultos e com as outras crianças; a destreza no manuseio e na utilização dos instrumentos e dos recursos de aprendizagem; o interesse e envolvimento com as atividades (jogos, brincadeiras, trabalho de folha, etc.) e com a aquisição de novos conhecimentos e comportamentos; a atenção e concentração nas atividades de aprendizagem; o uso e o domínio de diferentes linguagens: escrita, verbal, (oralidade), gestual (mímica), plástica, etc; o espírito de independência, autonomia e liderança e a manifestação de auto domínio e confiança.

Para a organização de informações cada educador deverá fazer anotações diárias em um caderno próprio sobre o desempenho de cada criança e descrever situações que

possam demonstrar as características dos alunos como avanços, dificuldades ou sugestões para a sua própria prática pedagógica.

Estes relatos diários servem de subsídios e/ou complemento para a elaboração dos relatórios de avaliação individual descritivo de cada aluno de forma **trimestral** **semestral**. Nestes relatórios o educador reconstrói o processo vivido pelo aluno e encontra significado para compartilhar sobre as experiências vividas pela criança com as famílias e com os responsáveis.

2.6.5 Avaliação Institucional

A avaliação institucional é uma ferramenta fundamental para promover a qualidade, eficácia e relevância das instituições de ensino, garantindo que estas estejam atendendo às necessidades dos alunos, funcionários e comunidade em geral.

A avaliação institucional pode ser realizada de várias maneiras, incluindo pesquisas, entrevistas, observações, análise de dados, revisão de documentos e relatórios, entre outras técnicas. Os resultados da avaliação são frequentemente utilizados para orientar o planejamento estratégico, tomar decisões de política institucional, desenvolver planos de ação para a melhoria e comunicar os progressos realizados para as partes interessadas. Até o momento não foi realizado, a partir de agora será conversado com o grupo para construir esse documento. Até o momento não foi realizada essa demanda

2.6.6 Recuperação paralela de estudos

Não contempla

2.6.7 Avaliação externa

Não contempla

2.6.8 Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, Pré e Pós Conselho.

Os Conselhos de Classe são instâncias colegiadas presentes em diversas

instituições de ensino, como escolas e universidades, que têm como objetivo discutir e tomar decisões relacionadas ao processo educativo e ao desempenho dos alunos. A organização e efetivação dos Conselhos de Classe envolvem diferentes etapas, incluindo a preparação prévia, a realização do próprio Conselho e o acompanhamento pós-Conselho. Na reunião da Comed são programados estes conselhos de classe, conforme deliberação do Calendário Escolar (Deliberação nº01/2023).

A instituição " Maria de Paula gonçalves " as reuniões escolares acontecem ao longo do ano de acordo com o que está previsto no calendário escolar:, ou sempre que houver necessidade .No calendário prevê reuniões com datas prevista , do pré -conselho, conselho de classe e neste ano , foi inserido o pós conselho.

2.7 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

2.7.1 Fundamentação Teórica

A formação continuada refere-se a um processo sistemático e planejado de aprendizagem e desenvolvimento profissional que ocorre ao longo da carreira de um indivíduo. Em vez de se limitar à educação formal ou inicial, a formação continuada reconhece a necessidade de atualização e aprimoramento contínuos das habilidades, conhecimentos e competências dos profissionais em suas respectivas áreas.

2.7.2 Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora.

O Centro Municipal de Educação é o local onde a interação entre os seus vários atores deve estar sintonizada em objetivos educacionais comuns, estabelecidos por meio da elaboração de um projeto coletivo, a fim de promover a formação não só daqueles que vão aprender, mas também daqueles que são responsáveis pela sua aprendizagem.

A efetivação desses objetivos só se dará se todos que estão envolvidos no processo educativo se sentirem responsáveis por estabelecerem meios e ações para promover as mudanças necessárias que atendam às exigências da sociedade e, em especial, da comunidade na qual a escola está inserida.

Esta formação acontece mediante diversas situações do cotidiano que viabilizem

aprendizagens para o exercício das atividades educativas, em cursos ofertados pela SEMEDI (Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá) e parcerias afins. Neste aspecto a LDB 9394/96 prevê:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho. Parágrafo único. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (BRASIL, 1996).

Seu objetivo é contribuir para a construção da identidade dos funcionários das escolas, sua valorização e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação.

As formação com o SEFE , Sistema educacional da família e Escola , realiza formações com os professores da rede Municipal de Paranaguá no início e no meio do ano , para capacitar os professores no uso do material , este ano de 2023 , não foi ofertado os materiais para o Infantil % , como era feito nos anos anteriores.

2.7.3 Formação continuada na instituição

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semеди/downloads/N01HORAATIVIDADE.pdf>

Para que a aprendizagem aconteça no ambiente escolar, é fundamental que os educadores tenham ferramentas para melhorar o ensino ofertado aos alunos.

É de competência da escola proporcionar a formação continuada aos educadores garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação na qual estabelece que "os sistemas

de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação".

O dinamismo da sociedade provoca a atualização e adaptação da prática pedagógica. Para isto, a formação continuada vem auxiliar no processo de desenvolvimento profissional, visando o aperfeiçoamento do desempenho do professor em sala de aula.

Nesta instituição, neste ano de 2023 e 2024 não está acontecendo, mas todo o grupo tem a ciência da importância desse momento para a formação, para dar meios e conhecimentos necessários para superar os desafios do chão da escola com propriedade. As formações deveriam estar acontecendo durante o ano letivo, de acordo com a hora atividade dos profissionais da educação. De acordo com a instrução INSTRUÇÃO N° 01/2018 - SEMEDI que trata da Jornada de trabalho dos servidores do magistério público municipal de Paranaguá nas instituições da Rede Municipal de Ensino., traz no capítulo abaixo a seguinte orientação para os professores em exercício da sua função::

VI - participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação

VII - atividades de desenvolvimento profissional;

VIII - participar dos cursos de Formação Continuada;

2.7.1 Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição.

As formações realizadas em outros espaços escolares, são realizadas ao longo do ano pela Secretária Municipal de Educação, assim como a parceria com outras instituições como o SESC, UFPR, IFPR ISULPAR entre outros.

Desde de 2023 o município de Paranaguá está participando do Programa Avança Litoral, que tem como objetivo ajudar os municípios a superar o baixo índice de aprendizagem da rede de ensino municipal. A iniciativa, que une os municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá, chegou a esse objetivo depois de um minucioso diagnóstico territorial, da aplicação da pesquisa Vozes do Litoral – que ouviu coordenadores pedagógicos e professores das redes municipais – e de debates coletivos entre os membros das Secretarias Municipais de Educação e equipes técnicas.

2.7.2 Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas.

Breve Relato: Como se dá a organização na instituição para participação Cátedra, ADE, Opet Inspira.

Ao longo do ano são realizadas reuniões e formações nas plataformas virtuais, porém a instituição "Maria de Paula Gonçalves", possui dificuldade para participar devido a conexão com a internet que são usada somente pelos dados móveis do professor. Neste ano houve formação com o programa Avanço Litoral. Nesses dias se faz necessário que o professor participe estando em casa para não comprometer a participação. A Editora Opet oferece cursos na modalidade a distância, em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Assim como o Programa Avanço Litoral ..

3 MATRIZ CURRICULAR

Elemento condutor da instituição para organização pedagógica a partir da definição dos componentes curriculares estabelecidos pela instituição, a luz dos artigos 26, 27, 28 da LDBEN.

SEMEDI	MUNICÍPIO: Paranaguá	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Escola Municipal		
ENDEREÇO:		
FONE: 41 3420-2867		
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Paranaguá		
CURSO (n° 2001): Educação Infantil		
TURNO: Diurno e Vespertino	C.H. TOTAL DO CURSO: 800h	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1994	FORMA: Simultânea	
OFERTA: 4 /ou 5 anos completos até 31/03.	ORGANIZAÇÃO: Anual	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA	CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	
Total de horas relógio semanais	20 horas relógio	

4 PROPOSTA CURRICULAR

REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 6/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15074&Itemid=866 . Acesso no dia: 28 de jun. de 2010.

COMPARATO, F.K. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. In: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, art.13. São Paulo: Saraiva, 2004.

CURY, C.R. J. A evolução da legislação. In: Cadernos do Observatório. Especial Observatório da Educação 2000. Rio de Janeiro: Ibase, 2000.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei no 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 1982.

_____. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

_____. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. A educação na cidade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000(a).

_____. Política e educação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000(b).

_____. Pedagogia da Esperança : um reencontro com a Pedagogia do Oprimido,

Parecer CNE/CEB nº 4/2008, aprovado em 20 de fevereiro de 2008 -

PISTRAK. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1981

PITOMBEIRA, D. Adolescentes em processo de exclusão social: uma reflexão sobre a construção de seus projetos de vida. 2005. 285 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)

- Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Pró Letramento: Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental: alfabetização e linguagem. Brasília: MEC, 2008.

TOMASEVSKI, K. Los Derechos Económicos, Sociales y Culturales: el derecho a la educación. ONU: Consejo Económico y Social, 2004.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 30ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. SCHMITZ, Egídio F. Fundamentos da didática. 7 ed. São Leopoldo : Unisinos, 1993.

SOARES, M. B. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

_____SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros** / Magda Soares. 2. ed. 8. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica 2004.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. in Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1999

ANEXOS

PREFEITURA DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

CMEI
PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)

Dados Pessoais

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Idade: _____

Mãe: _____

Pai: _____

CMEI/Escola: _____

Diagnóstico: _____

Professora/Educadora: _____ Ano: ____ Turno de

atendimento: _____

Telefone: _____

Organização do atendimento:

- Período do atendimento: _____
- Frequência do atendimento: _____
- Tempo do atendimento: _____
- Composição do atendimento () individual () coletivo.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	REALIZA COM AUXÍLIO	REALIZA SEM AUXÍLIO	NÃO REALIZA
COMUNICAÇÃO ORAL			

LEITURA E ESCRITA			
RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO			
SÓCIO-AFETIVO			
MOTRICIDADE-FINA			

MOTRICIDADE-AMPLA			

ASS: PROFESSORA/EDUCADORA

ASS: DIRETORA

ATENDIMENTOS OFERTADOS E OU REALIZADOS:

Paranaguá _____, de _____ de 2024.

